»Entrevista | **GILMAR MENDES** | MINISTRO DECANO DO STF

Magistrado ressalta ser preciso mudar a relação com as redes sociais e caminhar para um modelo de maior responsabilidade das plataformas. Segundo ele, a discussão do assunto não diz respeito apenas aos ataques na internet, mas à democracia

"Não podemos agora ser servos das big techs"

» CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
» ANA MARIA CAMPOS
» MARIANA ALBUQUERQUE*
» NATÁLIA PERONICO*

Ed Alves/CB/DA.Press.



O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu a responsabilização das redes sociais pelos conteúdos que veiculam e a importância de medidas contra a disseminação de fake news nas plataformas. "Não basta o Marco Civil da Internet, o artigo 19, que exige que o conteúdo — tem sido assim interpretado — só possa ser retirado mediante ordem judicial. É preciso que haja uma outra arbitragem nesse sentido e que a gente possa avançar", afirmou, em entrevista ao programa CB.Poder, parceria entre o ***Correio*** *e a TV Brasília. O magistrado destacou o cuidado a ser tomado na preservação da liberdade de expressão, mas frisou que "também na vida geral não se pode dizer tudo". "É um modelo de liberdade com responsabilidade."*

Para o ministro, o Brasil não pode ser escravo das companhias de tecnologia. "Somos uma nação grande, a oitava economia do mundo, temos 200 milhões de habitantes, um imenso território, somos quase um continente. Não podemos agora ser servos dessas big techs, não podemos, por propósitos argentários delas, estar submetidos ou nos submeter a um risco imenso."

De acordo com Mendes, os ataques golpistas de 8 de janeiro abriram a janela de oportunidade para abordar o tema. "Acho que não estamos discutindo apenas o problema dos ataques nas redes sociais, estamos discutindo democracia, porque há uma perturbação da democracia", enfatizou. "Vimos que essa eleição de 2018, de alguma forma, foi definida nas redes sociais e, se isso continuar, esse campo de selvageria, certamente podemos reeditar esse fenômeno."

Na avaliação do ministro, as investigações a respeito dos atentados extremistas estão incompletas. "Tenho a impressão de que está faltando alguma coisa sobre os financiadores, porque, de fato, de novembro até 8 de janeiro, essas pessoas tiveram uma estrutura", argumentou. Para ele, o governo atual também errou no episódio, ao permitir a continuação do acampamento golpista em frente ao QG do Exército. "No dia 1º de janeiro, deveria ter encerrado esse curso."

O magistrado também classificou como positiva a decisão do ministro Alexandre de Moraes, também do STF, de soltar o ex-secretário de Segurança Pública Anderson Torres, que estava preso desde 14 de janeiro, suspeito de omissão nos atos extremistas. "Essa é a filosofia da prisão provisória. Não é uma pena por antecipação, primeiro é preciso julgar para depois condenar. Agora, era necessário, tendo em vista todos os desdobramentos que nós tivemos e enquanto as investigações estivessem em curso, para o fim de coleta de provas", argumentou. A seguir, a entrevista completa:

O ex-ministro da Justiça Anderson Torres foi liberado da prisão. Era o momento de soltá-lo? Qual é a sua avaliação sobre essa decisão do ministro Alexandre de Moraes?

Acho que é positiva. Essa é a filosofia da prisão provisória. Não é uma pena por antecipação, primeiro é preciso julgar para depois condenar. Agora, era necessário, tendo em vista todos os desdobramentos que nós tivemos e enquanto as investigações estivessem em curso, para o fim de coleta de provas. Não havendo mais a necessidade, se encerra a prisão provisória, e, hoje, temos as medidas alternativas da prisão: tornozeleira eletrônica, restrições de ir a determinados locais, suspensão de passaporte, todas as medidas que podem ser implementadas com os cuidados devidos.

O advogado de Anderson Torres deu uma coletiva dizendo que não há intenção de fazer uma delação premiada. Era esperada uma delação premiada?

Não sei. Acho também que o objetivo da prisão provisória nunca pode ser esse. Sou um crítico em relação a isso (delação premiada). Falei e tenho falado, recomendo inclusive que olhem o livro do Emílio Odebrecht, em que ele fala de torturas da Lava-Jato em Curitiba. Estou sugerindo até ao ministro Salomão (Luís Felipe Salomão, corregedor nacional de Justiça), a partir de um caso que tivemos na turma, em que o então juiz Moro exigia que a pessoa entregasse todos os dados bancários e etc em troca da liberdade e pedia que o advogado manifestasse o assentimento. Estou pedindo tanto ao CJF (Conselho de Justiça Federal) quanto ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça) que se faça uma investigação ampla do que se passou em Curitiba, sobre os métodos, o que me parece que aqui falharam muitos.

Onde houve falhas?

Falhou o STJ (Superior Tribunal de Justiça), falhou o TRF4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região). Acho que certamente houve um acumpliciamento, uma proteção da própria mídia, tanto é que a mídia se sente envergonhada de falar sobre isso, de fazer uma mea-culpa, mas acho que é hora de ter — vamos chamar assim — um tipo de comissão da verdade sobre isso. A ser verdade o que se revela, tanta gente que delatou a partir desse tipo de constrangimento, e depois vão se revelando outras coisas. Então, acho que é necessário que isso se discuta, para que não mais se repita. Além de termos de corrigir, também, um outro ponto: precisamos encerrar esse ciclo desse juiz todo-poderoso. Por isso, é importante. O Congresso já deu resposta, hoje está suspenso — foi uma decisão do ministro (Luiz) Fux —, mas eu espero que logo isso se resolva, o "juiz de garantia", porque é fundamental. É dar um passo à frente e resolver essa problemática.

Acho que não estamos discutindo apenas o problema dos ataques nas redes sociais, estamos discutindo democracia, porque há uma perturbação da democracia"

"Estamos vindo de uma crise profunda nessa matéria (direitos processuais). Abusos perpetrados de maneira tão clara"

"Acho que é positiva (a soltura de Torres). Essa é a filosofia da prisão provisória. Não é uma pena por antecipação, primeiro é preciso julgar para depois condenar"

Mas também o Supremo demorou a reagir em relação à Lava-Jato?

Sim e não. Na turma, tínhamos o relator da Lava-Jato, que era o ministro Teori Zavascki. Nós dependíamos muito disso. Falei sempre das prisões alongadas de Curitiba e que nós tínhamos até um encontro marcado com isso. E, claro, não conseguíamos resolver esse problema. Os casos em que conseguimos liberar as pessoas, por exemplo, nos casos de prisão, foi porque o ministro (Dias) Toffoli, eu e o ministro Teori votamos juntos, no geral havia essa pontuação. E vou até depois fazer um levantamento sobre isso. Mas se o relator ficasse com outra posição, nós não conseguiríamos reverter. E havia uma pressão midiática enorme. Eu me lembro que na eleição, a primeira que levou (Donald) Trump ao poder, nós nos encontramos, Toffoli, eu e Teori, em Washington. Fomos observadores daquela eleição, e o ministro Teori, então, foi o último momento em que nós estivemos juntos mesmo, assim, em um momento tranquilo. E o ministro Teori estava fazendo uma autocrítica, dizendo "eu tenho que mudar a minha relação nesse processo". Ele mesmo falando da pressão que sofria da Procuradoria-Geral (da República), onde estava (Rodrigo) Janot, e todo esse quadro que nós sabíamos.

Depois, a função foi assumida pelo ministro Edson Fachin...

O ministro Fachin também passou sistematicamente a indeferir esses pedidos e até, muitas vezes, a fazer aquele manejo. "Ah, a matéria está na turma, mas eu calculo que vou perder na turma, leva para o plenário, depois devolvo para a turma, não é? Esse próprio caso que foi objeto agora de discussão já tinha tido esse passeio para lá e para cá. E agora ele decide aplicar a jurisprudência que já era pacífica. Se o caso não tem a ver com Petrobras, não deveria ficar na Lava-Jato, na 13ª Vara em Curitiba. Mas aí ele fez isso, inclusive, tentando prejudicar o habeas corpus que estava comigo, o visto estava comigo, que era o caso da suspensão do Moro.

Sobre o 8 de janeiro, o Supremo tem referendado o entendimento do ministro Alexandre de Moraes sobre os réus, e já se passaram mais de quatro meses. Qual é a avaliação do senhor a respeito da investigação e do que está faltando?

Sempre que a gente está falando, podemos estar muito atrasados em relação às próprias investigações, que podem estar muito mais avançadas. Como estão sob sigilo, não temos acesso. Mas eu tenho a impressão de que está faltando alguma coisa sobre os financiadores, porque, de fato, de novembro até 8 de janeiro, essas pessoas tiveram uma estrutura. Vocês publicaram matérias sobre a estrutura desse acampamento aqui no Forte Apache (no QG do Exército). Tinha cabeleireiro, tinha hot dogs e coisas do tipo. Isso não nasce por geração espontânea. Então, essa é uma questão que acho que precisa ser olhada, não só para a punição, que precisa ocorrer, mas também para que isso não se repita. Acho fundamental que isso ocorra.

Como analisa a tolerância com os atos em frente aos quartéis?

Não tenho me cansado, também, de destacar que houve um erro gravíssimo de quem deliberou, nessa temática, a propósito dessas manifestações em frente a quartéis. Não há justificativa. Não há justificativa jurídica, não há justificativa política para isso. E o governo do Distrito Federal — eu lembro que tinha conversado com o secretário Gustavo Rocha, e ele até concordava —, tentou fazê-lo (tomar providências) em dados momentos, e houve resistência dos militares, do comando militar, inclusive. Não conseguiu, com o argumento de que esse era um espaço de domínio ou de supervisão do Exército. Portanto, eles assentiram com isso. Isso precisa ser cobrado. É toda uma estrutura, mas houve esse tipo de assentimento. E o governo atual, o novo governo, também errou. No dia 1º de janeiro, deveria ter encerrado esse curso. E aí houve aquela negociação, aquela fala do ministro (José) Múcio (da Defesa) de que também tinha amigos e parentes lá, talvez ele estivesse traduzindo, na verdade, o fato de que militares tinham parentes lá, e se deixou, com a expectativa de que isso se dissolveria naturalmente. Ocorreu essa tragédia e deu no que deu. Mas isso é preciso colocar de maneira muito clara. É um absurdo que alguém exerça direito de reunião a céu aberto em frente ao quartel, até por razões de segurança. Imagine que nós estivéssemos em um estado de tensão e tivéssemos o esforço de uma iniciativa, militares precisam sair dali, e manifestantes na frente.

Continua na página 4